

**PENSADORES NA EXPLICAÇÃO DA REALIDADE SOCIAL:
CONTRIBUIÇÕES ÀS INDAGAÇÕES DE ALUNOS DE CURSOS DE
LICENCIATURA**

*SOCIAL REALITY EXPLAINED FOR THINKERS: A CONTRIBUTION TO STUDENTS
UNDERGRADUATE COURSES*

Francisca Wilma Cavalcante¹
Francisca Lacerda de Góis²
Maria da Paz Cavalcante³

RESUMO

Este trabalho apresenta construções teóricas de explicação da realidade social. Tem por objetivo discutir, à luz de reflexões feitas pela Sociologia, as contribuições de alguns pensadores na explicação da realidade social em contextos históricos distintos. A ideia surgiu a partir de nossas experiências, como docentes, em cursos de licenciaturas. Frequentemente, encontramos alunos que insistem em saber qual a melhor teoria para explicar as questões sociais que são colocadas em análise nas disciplinas cursadas. Tentando mostrar que não existe resposta única para as suas indagações, realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto. Com o material, discutimos, com eles, sobre o conhecimento de senso comum, o pensamento metafísico e sua superação pela ciência, além de aportes teóricos de clássicos da Sociologia. O estudo nos permite revelar que cada teoria tem uma lógica própria que a diferencia das demais, muitas vezes se contrapondo: cada uma se identifica com uma determinada visão de mundo e, muitas vezes, são determinadas pelo jogo de diversos interesses das classes hegemônicas. Os interesses e as opções teóricas conduzem o trabalho do pesquisador a conclusões diferentes. Sendo assim, ele precisa estar ciente das limitações e das implicações de sua escolha. A opção por um paradigma assinala um percurso escolhido, entre os demais existentes. No entanto, nenhuma teoria assegura, definitivamente, as explicações de cunho científico, uma vez que as teorias estão constantemente se revisitando, avançando, dando outras explicações de mundo e de vida, cujo desenvolvimento técnico e científico comporta a possibilidade de superação de velhos e obsoletos paradigmas.

Palavras-chave: Fenômenos sociais. Investigação científica. Pensadores.

¹ Professora Provisória da Universidade Estadual da Paraíba. Mestra em Educação. E-mail: franciscawilmac@bol.com.br

² Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutora em Educação. E-mail: anna.lacerda@hotmail.com

³ Professora da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. Mestranda em Educação pela UFRN. E-mail: mariadapazc@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Ministrando aulas em cursos de licenciaturas, é frequente encontrarmos alunos que sentem necessidade de compreender e explicar os fenômenos atinentes ao contexto social em que se situam, os quais, muitas vezes, emergem nas disciplinas constantes nas grades curriculares dos cursos que estudam. As tentativas de respostas às suas indagações levam-nos a trilhar vários caminhos como forma de desvelar qual a melhor teoria para explicar as questões sociais que são colocadas em análise nas disciplinas cursadas.

O desejo de ajudá-los na busca de respostas que deem conta de suas inquietações nos levou a aceitar o desafio de discutir, à luz de reflexões feitas pela Sociologia, as contribuições de alguns pensadores que explicam a realidade social em contextos históricos distintos. Trazer para a reflexão esses aportes teóricos representa a possibilidade de que os alunos discutam e/ou (des) organizem suas inquietações.

Acreditamos que o estudo dos autores aqui apresentados pode reservar contribuições significativas. Assim, tentaremos entendê-los da melhor maneira possível e ter com eles um diálogo intelectual promissor.

Privilegiamos, como eixo temático, as relações entre sujeito e objeto de pesquisa, mostrando as análises dos estudiosos e as mudanças que vão ocorrendo no processo histórico em nome de uma ciência que postula alcançar a objetividade ao nutrir reflexões acerca dos problemas sociais nos mais variados contextos.

Entraremos em contato com apreciações, também, sobre o conhecimento do senso comum, o pensamento metafísico e sua superação pela ciência, além de aportes teóricos de clássicos da Sociologia. É importante ressaltar que na exposição aqui realizada, pretendemos mostrar algumas maneiras de pensar e agir que contribuíram com a proposta de desenvolvimento das ciências. Evidentemente, há outros caminhos a seguir, outros paradigmas, outras proposições, cabendo ao leitor a busca e descoberta de novas fontes que a todo instante se renovam.

O CONHECIMENTO DE SENSO COMUM: A CONSCIÊNCIA MÍTICA

Nas comunidades primitivas, o mito é um processo de compreensão e de explicação da realidade. Não se trata de lenda e, invariavelmente, surge como verdade. Quando falamos em verdade, comumente, pensamos em termos de coerência lógica, rigor da argumentação e existência de provas. No entanto, a verdade do mito não necessita de comprovações e se trata de uma verdade intuída, percebida de modo espontâneo, tendo a crença como critério de adesão.

O conhecimento mítico é uma intuição compreensiva da realidade, cujas raízes se fundam nas emoções, na afetividade, nas experiências vividas. É uma forma espontânea de o homem situar-se no mundo, acomodando-se.

Os primeiros modelos de construção do real são de natureza sobrenatural; o homem recorre aos deuses para aliviar sua aflição. Entre outros exemplos, o mito se manifesta, conforme Aranha e Martins (1998), nas seguintes representações: a) a origem divina da técnica: como os seres humanos eram mais fracos do que os animais, Prometeu roubou o fogo dos deuses a fim de oferecê-lo aos homens fazendo destes, pessoas mais fortes; b) o culto a certos instrumentos, a exemplo da enxada, do anzol, da lança e da espada; c) a origem da agricultura: o mito indígena tupi afirma que a mandioca – um alimento consumido na tribo, entre outros – nasce do túmulo de uma criança que tinha o nome de Mani. Conforme o mito grego, Perséfone é levada por Hades para um castelo tenebroso; porém, a pedido de sua mãe, Demeter, volta em certos períodos. Esse mito explica a semente do trigo que é enterrada e faz nascer uma planta; d) o sentido da magia presente nas danças e desenhos: o Homem de Cro-Magnon fazia desenhos nas paredes das cavernas, representando a captura de renas. Possivelmente, não havia aí a intenção de enfeitá-las nem de mostrar talentos. Sua intenção era agir de modo mágico para garantir o sucesso na caça. Geralmente, os desenhos eram feitos nos locais mais escuros das cavernas; e) a fertilidade das mulheres: os aruntas, australianos, entendiam que os mortos voltam à vida. Para isso, aguardam o momento oportuno e entram no ventre das mulheres quando estas passam por determinados locais.

O conhecimento mítico – como outras formas de conhecimento – é parte do esforço constante que impulsiona o homem a compreender a vida, a morte e a si mesmo. No decorrer dos tempos, a razão humana adquire formas diferentes de ver o mundo, dependendo das condições reais de vida e de existência. Se, de início, o homem precisou de crenças e opiniões prontas, de verdades pré-

reflexivas, a fim de acomodar-se e de aliviar suas aflições; num segundo momento, fez-se necessário que ele fosse capaz de duvidar de verdades sedimentadas, abrindo caminhos para novas maneiras de interpretar a realidade. É o que mostra as abordagens nas páginas seguintes, ao apresentar as reflexões de cunho metafísico e, mais adiante, a sua superação com o desenvolvimento da ciência.

O PENSAMENTO METAFÍSICO

Ao analisar a prática da filosofia na cultura brasileira, Severino (1999) faz excelente reconstituição de fatos significativos e expõe as principais inspirações filosóficas que caracterizam diversos contextos da história do homem. As abordagens presentes neste item resultaram da leitura de sua obra.

Como nos mostra o autor supracitado, no período clássico da cultura ocidental, os pensadores entendiam que a realidade se ordenara em função de um princípio que denominavam *logos*, isto é, razão, conhecimento, inteligibilidade. Com essa compreensão, tentavam mostrar que a realidade era resultado da presença de uma racionalidade ordenadora. O homem é parte expressiva de tal realidade e é impregnado pelo *logos*, o que lhe assegura a possibilidade do conhecimento.

As coisas também resultam de uma organização que se sustenta conforme critérios ordenadores. É nesse sentido que surge a ideia de essência no pensamento grego. Todos os seres realizam uma essência; esta define a forma de existir dos diversos seres.

O pensamento filosófico da época defendia que os homens vivem e realizam uma essência, mas se tratam de realizações imperfeitas e limitadas, formadas por características imutáveis que são comuns a todos os homens; quaisquer diferenças entre eles são acidentais.

Platão entendia as essências como sendo modelos únicos e acabados, existentes devido à força do próprio *logos*; já Aristóteles as concebia como constituídas pela junção de outros coprincípios. Tanto no pensamento de um como no do outro, o agir dos seres é determinado por sua natureza.

A natureza dos homens os diferencia dos seres de outras espécies e delimita os percursos do seu agir, que será adequado se estiver em consonância

com a natureza humana contribuindo, assim, para uma realização mais completa e mais perfeita, visto que os valores, critérios da ação ética, estão inscritos na essência humana.

Esses princípios, que já haviam sido vinculados ao cristianismo por meio da obra de Santo Agostinho, são retomados no final da Idade Média por São Tomás de Aquino que tratou de incorporar a versão aristotélica da metafísica ao cristianismo. O pensamento filosófico aí elaborado expunha a ideia do Deus criador e salvador do homem, bem como a crença na culpa, na ideia de pecado, na desobediência à aliança que Deus, por seu profundo amor, estabelecera com ele.

Acreditava-se que o conhecimento natural era possível, pois, a harmonia preestabelecida entre a razão humana e a essência das coisas poderia ser apreendida pelo homem, fosse por intuição direta ou por abstração, desde que o conhecimento adquirido não divergisse das verdades reveladas por Deus. Se isso ocorresse, a descoberta era considerada um erro, decorrente das limitações da razão humana.

Esse postulado se transformou no fundamento ético-filosófico que deu sustentação à teologia, à fé e à moral da Igreja, tornando-se referência para uma cultura que se estendeu durante séculos na história do pensamento filosófico e na história do homem.

A civilização ocidental ficou marcada pelo pensamento metafísico, hegemônico desde a Antiguidade até à Idade Média. Neste último período, deu sustentação à pedagogia escolástica, adotada para o trabalho cultural, educacional e ético-filosófico da Igreja.

Somente no século XV, com o Renascimento, começou a firmar-se a ideia de que o homem está preparado para adquirir o conhecimento sem necessidade de inspiração divina. Agora, a razão natural passa a ser autônoma, sem o controle da fé. O homem integra o universo natural e é capaz de dominá-lo, de evoluir, de criar, de conhecer o mundo com seu próprio esforço.

Trata-se de um momento em que a razão se sobrepõe à fé; a filosofia se emancipa com relação à teologia e a certeza matemática se torna um modelo para os filósofos. O racionalismo e a preocupação com o tema homem dão sustentação e impulsionam a pesquisa em âmbito científico. Nesse contexto, Copérnico (1473-1543) expôs a tese do sol como centro do universo e Galileu

Galilei (1564-1642) desenvolveu métodos de comprovação experimental. Descartes (1596-1650) foi pioneiro em duvidar de uma filosofia destituída de base científica. No seu livro “Discurso do Método”, questiona o ideal de certeza absoluta e defende a importância de se refletir criticamente sobre fé e razão. Outro pensador, Luis Vives (1492-1540), reconheceu as vantagens do método indutivo, o valor da observação rigorosa e destacou a importância da pesquisa, do concreto e da individualização.

No âmbito histórico e cultural, acontecimentos importantes datam desse momento, como a invenção da imprensa, a descoberta do caminho marítimo para as Índias, a renovação nas artes plásticas, a invenção da economia monetária, a descoberta da América, a conquista de Constantinopla pelos turcos, entre outros.

Humanismo, iluminismo, enciclopedismo e positivismo têm raízes no movimento renascentista. O iluminista Kant (1724-1804) formulou com maior rigor a especificidade do conhecimento científico. Conforme suas análises, existe não apenas a ciência, uma vez que é preciso considerar também a consciência moral dos homens. Existe não apenas a razão pura, mas também a razão prática. Esse filósofo negou a existência de Deus com base no fato de ser impossível comprová-la. Contudo, entende que moralmente é necessário aceitar a ideia de tal existência, postulando um ser justo como fundamento para a virtude e a felicidade do homem.

Diderot (1713-1784) e D’Alembert (1717-1783) organizaram a Enciclopédia, documento que reúne informações existentes na época sobre Artes, Ciências, Filosofia e Religião. Ela surge no Iluminismo e se transforma em uma das principais bases teóricas que impulsionam os ideais da Revolução Francesa. Fundamentado no racionalismo, rejeita todo saber ligado à religiosidade. Mas, foi com o positivismo que a prática concreta da ciência se firmou cada vez mais, rejeitando todo e qualquer conhecimento de cunho metafísico. A constituição da física moderna, por exemplo, é uma comprovação expressiva das proposições desse paradigma em seu desenvolvimento.

As ciências naturais se impuseram como uma nova imagem de mundo e base da técnica manipuladora, como assim revelam o desenvolvimento da tecnologia, a revolução industrial e o desenvolvimento do capitalismo. Agora, até

mais do que antes, o homem pode conhecer e dominar o mundo e caberá a ele controlar a existência individual e coletiva.

É chegada a hora de se criar a “física social”. É nessa tarefa que se empenha Augusto Comte. Este expõe uma proposta de sistematização do pensamento científico que consiste em aplicar às ciências sociais determinadas exigências feitas às ciências naturais. Este propósito foi levado adiante por Émile Durkheim.

ÉMILE DURKHEIM: O CONHECIMENTO DOS FATOS SOCIAIS

Conforme proposições da Sociologia durkheimiana, a base do método consiste em considerar os fatos sociais como coisas. É coisa tudo o que é dado à observação e que não é naturalmente compreensível; tudo aquilo que só se pode compreender através da observação e da experiência e sob a condição de sair de si mesmo. Sobre o conceito de fato social, o autor afirma que consiste em maneiras de ser, de pensar e de agir, que exercem uma influência coercitiva sobre as consciências individuais.

Segundo Durkheim (1937), o real tem uma natureza que se impõe. As maneiras coletivas de pensar e agir têm uma realidade fora dos indivíduos, possuem uma existência própria e fazem parte da supremacia material e moral que o conjunto social exerce sobre seus membros. Este teórico compreende que o sociólogo deve ter o mesmo espírito do físico e do químico ao analisar os objetos de investigação científica. Ele precisa entender que, observando o mundo social, está diante do desconhecido; sendo assim, é possível que se depare com descobertas não-previstas pelas teorias que explicam a sociedade.

Este Durkheim (1937) entendia que, até aquele momento, a ciência social havia sido tratada com pouco rigor e, por isso, não se conhecia devidamente as instituições sociais, como o Estado, a família, o Direito. Desconheciam-se as causas de que dependiam, suas funções, as leis de sua evolução, o que são e o que devem ser. Para conhecê-las, seria necessário buscar os sinais exteriores que as revelam, pois, a simples observação interior não permitiria a devida apreciação de seu funcionamento.

Outra proposição consiste em observar os fenômenos sociais como exteriores aos indivíduos. Os fatos que constituem a vida social e que produzem fenômenos novos são diferentes dos que se engendram nas consciências

individuais. Residindo na sociedade que os produz e não em suas partes, são exteriores às consciências individuais.

Os fatos sociais possuem um substrato diferente dos psíquicos, já que não dependem das mesmas condições nem do mesmo meio para evoluir. Os estados da consciência coletiva são representações diferentes da dos estados de consciência individual, visto que a mentalidade coletiva possui leis próprias.

As representações coletivas expressam o que o grupo pensa de si mesmo, em suas relações com os diversos objetos, ao contrário do que ocorre com as representações individuais. Para termos uma compreensão da maneira pela qual a sociedade se apresenta, bem como do mundo que a cerca, cumpre considerar não o modo de viver dos particulares e sim o da coletividade. Os mitos, as lendas populares, as concepções religiosas, os modos de viver, refletem maneiras de ser, de pensar e de agir que são próprias de determinados grupos.

Para que haja fato social, é preciso que noções morais, religiosas, jurídicas consistam em crenças e práticas constituídas, pois não há fato social onde não existe organização definida. E como esta se forma fora de cada um de nós – independente de nossa vontade e de nossas crenças –, ela institui modos de agir e certos julgamentos que independem das vontades individuais. E isso se expressa pelas instituições, consideradas, aqui, todas as crenças e condutas que a coletividade acaba por instituir.

Durkheim (1937) denominou fatos normais àquilo que é comum a um tipo social determinado, levando-se em conta a fase de seu desenvolvimento, e fatos patológicos o que constitui transgressão às normas. A coerção social resulta do julgamento feito às transgressões e será mais ou menos intensa, dependendo da prática desviante. Para o devido conhecimento dos fatos, caberia ao observador analisá-los de modo objetivo, afastando sistematicamente as pré-noções e adotando o mesmo estado de espírito dos cientistas naturais.

KARL MARX: A HISTÓRIA E A DIALÉTICA

Outro clássico da Sociologia foi Marx. Este teve sua produção intelectual desenvolvida no século XIX. Analisando a complexidade da sociedade capitalista em ascensão, procurou desvendar tal sistema de forma ampla, o que inclui os aspectos políticos, sociais e econômicos. Marx e Engels, fundadores da dialética

científica, deram uma contribuição decisiva para o desenvolvimento das ciências sociais. Para isso, utilizou-se do método dialético o qual “[...] tornou-se científico porque o seu objeto de estudo são, em primeiro lugar, as leis que regem a realidade objetiva [...]” (BURLATSKY, 1987, p. 78).

Na Grécia antiga, dialética era a arte do diálogo. Com o passar do tempo, passou a ser entendida como a arte de demonstrar uma tese por meio de argumentos capazes de definir e distinguir os conceitos envolvidos em determinada discussão. Na acepção moderna, significa o modo de pensarmos as contradições da realidade, de a compreendermos como contraditória e em constante transformação.

Conforme Heráclito de Éfeso (540-480 a. C.), tudo existe em constante mudança e as realidades se transformam umas nas outras. Esse filósofo negava a existência de qualquer estabilidade no ser. É dele o fragmento que se tornou famoso: “nenhum homem toma banho duas vezes no mesmo rio”. Na segunda vez, o homem já terá mudado, bem como o rio.

No entanto, a concepção dialética foi reprimida e a metafísica se tornou hegemônica com o pensamento de Parmênides, entre outros. Para fazer a dialética sobreviver, foi significativo à contribuição de importantes filósofos.

Aristóteles (384-322 a. C.) reintroduziu princípios dialéticos em explicações apoiadas na metafísica. Pensador de horizontes amplos, deve-se a ele boa parte dos estudos sobre esse tema.

Na Idade Média, a dialética perdeu força. No regime feudal, não ocorriam mudanças significativas na vida social, visto que a ideologia das classes dominantes era monopólio da Igreja, interessada em manter a ordem vigente.

A partir do Renascimento, a dialética conquistou posições expressivas que conseguiu manter nos séculos seguintes. As contribuições de Pascal (1623-1654) e de Vico (1680-1744), entre outros, ajudaram o pensamento dialético a se fortalecer e constituir um poderoso estímulo à busca de um método adequado à compreensão da realidade histórica. Vico entendia que o homem não podia conhecer a natureza. Sendo feita por Deus, só por ele poderia ser efetivamente conhecida. Todavia, o homem podia conhecer sua própria história, já que a realidade histórica é criação humana.

Na segunda metade do século XVIII, a dialética se desenvolveu cada vez mais. A Revolução Francesa criou condições que permitiram aos filósofos

desenvolverem uma melhor compreensão das transformações sociais. Com o Iluminismo, destacou-se o filósofo Diderot (1713-1784). Para ele, o homem era condicionado pelas mudanças que ocorriam na sociedade.

Hegel, outro pensador importante, entusiasmou-se com o poder humano de intervir na realidade. No entanto, observou que quem impõe as condições de transformação ao sujeito é a realidade objetiva. Observou também, que o trabalho impulsiona o desenvolvimento humano; que é nele que o homem produz a si mesmo. O trabalho é conceito importante para entendermos o desenvolvimento da dialética. Conforme Hegel (apud KONDER, 1987), a superação dialética é a negação de uma determinada realidade, a conservação de algo existente nessa mesma realidade e a elevação desta a um nível superior. Tomemos como exemplo o que ocorre no trabalho: a matéria-prima é *negada*, ou seja, é destituída da forma como se apresenta na natureza; é também *conservada*, quer dizer, ela se mantém em sua nova forma e é *elevada* em seu valor, por corresponder a determinados objetivos e necessidades humanas.

Também em Marx, conforme o autor referenciado, o trabalho recebe especial atenção, porém, numa nova perspectiva. Marx entendeu que a dialética hegeliana estava de “cabeça para baixo”, uma vez que Hegel compreendia os movimentos da realidade material como subordinado à lógica de um princípio que ele denominou *Ideia Absoluta*.

Para o pensamento marxista, por meio do trabalho, o homem domina a natureza. Dessa forma, podemos entendê-lo como sendo a atividade através da qual o homem produz sua vida material. Sendo assim, como essa atividade tornou-se algo penoso na vida humana? Isso se deu com a divisão social do trabalho, com a apropriação privada dos meios de produção e, mais adiante, com o agravamento da exploração do trabalho sob o capitalismo. As condições criadas pela divisão do trabalho deram origem a um estranhamento entre o trabalhador e sua atividade. Ao invés de realizar-se no trabalho, o homem se fragmenta e se aliena.

A CONTRIBUIÇÃO DE MAX WEBER

Enquanto Marx defendeu abertamente a existência de uma ciência social voltada para a transformação de uma sociedade que se apresentava em condições desiguais, a sociologia weberiana, tendo em vista a neutralidade

científica, procurou estabelecer uma distinção entre o conhecimento científico e os juízos de valor.

Nas ideias weberianas, o cientista social não deveria defender ideais políticos e ideológicos a partir de sua profissão. Como nos mostra Martins (1994), Weber entendia que, de um lado, estava o cientista, homem de análises frias, e, do outro, estava o político que, sendo um homem de ação, deveria ocupar-se com as questões práticas da vida. O que a ciência deveria oferecer ao homem de ação é a devida compreensão de sua conduta.

Ao analisar a sociedade, não aceitava a ideia de que a dimensão econômica dominasse as outras esferas da realidade social cujo fundamento estava presente nas interpretações de alguns seguidores de Marx. Para Weber, somente uma pesquisa detalhada poderia mostrar qual aspecto da vida social se sobrepõe aos demais.

Compreender a ação dos indivíduos era uma questão central em sua teoria. Com isso, não pretendia negar a importância dos fenômenos sociais, mas defendia que era necessário conhecer as intenções e motivações dos indivíduos frente às situações que são comuns a todos.

A obra de Weber contribuiu intensamente com as pesquisas sociológicas ao tratar de temas relevantes como religião, história, política, economia, direito, etc. Seus estudos sobre a Burocracia estão entre os melhores trabalhos desta área.

A análise da dominação ocupou lugar central nos trabalhos deste autor. Ele distingue três tipos de dominação legítima: a legalidade, a tradição e o carisma. A primeira apresenta como característica a noção de direito, procedimento que consiste em um conjunto de regras de caráter normativo. Seu tipo puro é a dominação burocrática. Seu quadro administrativo é constituído de funcionários, com condições de trabalho definidas conforme a ocupação hierárquica do cargo. Correspondem a esse tipo, a estrutura moderna do Estado e as empresas capitalistas.

A dominação tradicional ocorre em virtude da tradição e pelo livre arbítrio do senhor. Este manda e os súditos obedecem. O quadro administrativo é constituído por dependentes pessoais do senhor: familiares, servos e pessoas a ele ligadas por vínculo de fidelidade. O patriarcalismo aparece como seu tipo mais puro.

A dominação carismática ocorre em virtude da devoção afetiva à pessoa do senhor, com suas habilidades heróicas ou poder intelectual. Quem manda é o líder e o apóstolo é aquele que obedece. A obediência ao líder se dá pelas suas qualidades excepcionais e a dominação independe de regras. O quadro administrativo se constitui conforme o carisma e vocação pessoais. É o que se observa na dominação do profeta e do herói guerreiro.

A religião ocupou lugar central nessa teoria. Ao estudar os fenômenos da vida religiosa, Weber (1985) procurou explicar sua influência sobre a conduta dos homens, no tocante a aspectos econômicos. Pesquisou sobre as religiões da China e da Índia no final da Idade Média e, nesses estudos, observou relações entre o desenvolvimento do capitalismo e a ética protestante, principalmente o calvinismo.

Como mostra o autor, o capitalismo não consiste na mera busca do ganho. Este impulso também existe fora das estruturas capitalistas. O “espírito do capitalismo” é algo muito mais complexo, definido como um tipo de comportamento particular caracterizado pela busca de lucros sempre maiores, utilizando-se racionalmente dos meios de produção. Tal “espírito” não é recente e foi registrado em diferentes períodos históricos. No entanto, foi no Ocidente que o capitalismo se firmou em sua organização mais sistemática: utilização da ciência e da tecnologia, preparação da mão de obra, administração, contabilidade aperfeiçoada, extensão dos mercados, racionalidade das condutas (políticas, econômicas, sociais, legais). Segundo Weber (1985), a ideia do trabalho como vocação – nascida na ascese cristã – foi um dos fatores que contribuíram para o desenvolvimento dessa racionalidade.

É importante ressaltar a ideia de vocação que surge com Lutero, o qual defende o cumprimento do dever profissional, predestinado por Deus. Sendo assim, o homem deveria adaptar-se ao trabalho. Em Calvino, o homem deveria trabalhar cada vez mais e melhor, pois, a ociosidade era considerada falha grave. Vários pioneiros do capitalismo foram influenciados pelos puritanos e levavam uma vida pessoal muito rígida. Suas crenças faziam com que considerassem o êxito econômico um indício da benção de Deus. Eles não usufruíam dos lucros que eram acumulados e reinvestidos em suas atividades.

Weber não teve a intenção de afirmar que a ética protestante foi a causa explicativa do surgimento do capitalismo. Sua teoria assinala que uma das

causas do capitalismo foi a ética de algumas seitas, havendo a necessidade de considerar outros fatores, como a política e a tecnologia.

Weber (1992) defende o método compreensivo para estudar os objetos de interesse das ciências sociais. Tal método consiste em compreender que o sentido das ações de um indivíduo contém o complexo de significações sociais. Captar os sentidos contidos nas ações humanas é algo que não poderia ser realizado exclusivamente adotando-se os procedimentos metodológicos das ciências naturais. Contudo, era possível ver a rigorosa observação dos fatos como essencial ao cientista.

São estas as abordagens que pretendíamos apresentar sobre as contribuições dos clássicos da Sociologia. Os estudiosos aqui elencados, ao examinarem problemas de seu tempo, propiciaram uma imagem da sociedade da época e uma leitura significativa de sua organização social.

RETOMANDO A QUESTÃO

A nossa abordagem, como já posto de manifesto, intentou explicitar as contribuições de alguns pensadores no sentido de contribuir com os alunos na elucidação da questão que mobilizou a realização deste trabalho. Os pensadores que nos propusemos a dialogar tentaram e tentam explicar os fenômenos históricos e sociais a partir de uma compreensão mais abrangente quanto à organização da sociedade e seus anseios.

As reflexões apresentadas nos permitem revelar que cada teoria tem uma lógica própria que a diferencia das demais, muitas vezes se contrapondo, já que cada uma se identifica com uma determinada visão de mundo e, muitas vezes, são determinadas pelo jogo de diversos interesses das classes hegemônicas.

O perfil epistemológico das contribuições dos autores, com os quais dialogamos, leva-nos a concluir que, a cada momento histórico, as explicações são dadas sob a prevalência dos avanços da ciência e da tecnologia e, portanto, do paradigma predominante.

A decisão de refletir sob os auspícios das construções de um ou outro teórico implica numa escolha realizada entre tantas outras. No entanto, nenhuma teoria assegura, definitivamente, as explicações de cunho científico uma vez que as teorias estão constantemente se revisitando, avançando, dando outras explicações de mundo e de vida, o que é fomentado pelo desenvolvimento

tecnológico, ou seja, o desenvolvimento técnico-científico porta a possibilidade de superação de velhos e obsoletos paradigmas.

Pensamos que, com essas reflexões bem como com as discussões que realizamos em sala de aula, contribuímos com os discentes na explicitação do questionamento que nos fez desenvolver o estudo. Entendemos que com o aprofundamento das reflexões evidenciadas eles podem realizar, cada vez mais, escolhas que respondam às questões que são inerentes ao seu próprio processo de crescimento e de conhecimento dos fenômenos presentes no mundo, na sociedade, assim como, das leis que regem esses fenômenos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após refletirmos sobre as questões expostas no decorrer deste texto, o que ainda poderíamos dizer numa tentativa de conclusão (mas não, de última palavra) é que o que assegura a validade de uma pesquisa é a construção lógica empregada e a escolha do método, considerando-se as particularidades do objeto de investigação.

Superar uma visão restrita reforça a necessidade de uma reflexão crítica do próprio fazer do pesquisador, de suas concepções e compreensão das relações entre sujeito e objeto. Situações inesperadas, muitas vezes surgem no decorrer do seu trabalho. Sendo assim, ele precisa estar bem preparado para se situar dentro do contexto histórico e cultural em que se desenvolve a investigação.

A escolha de um paradigma assinala um percurso escolhido, dentre tantos. Representa um caminho seguro, uma via de acesso que permite ao pesquisador analisar com coerência os aspectos que envolvem determinados objetos considerados de relevância. É recomendável, outrossim, um cuidado essencial: buscar a contribuição teórica de autores expressivos que nos apresentam a construção de seus estudos e o alicerce confiável de modelos reconhecidos.

Cada paradigma tem uma lógica própria que o diferencia dos demais, muitas vezes se contrapondo, mas há a possibilidade de se complementarem. Importa considerar que cada um se identifica com determinada visão de mundo, com interesses de grupos que comandam o poder. Esses interesses e as opções teórico-metodológicas conduzem o trabalho do pesquisador a conclusões

diferentes. Sendo assim, ele deve optar pelo enfoque que lhe convém e precisa estar ciente das limitações e das implicações de sua escolha.

Neste trabalho, mostramos algumas abordagens sobre o conhecimento de senso comum, as concepções metafísicas, o pensamento científico. E, em se tratando deste último, destacamos as proposições teóricas dos clássicos da Sociologia.

Na evolução desses modelos, a aceitação de uma realidade socialmente construída levou os pesquisadores à busca de interpretações plausíveis. As representações que eles têm dos objetos de estudo dependem da construção lógica do paradigma adotado, das condições sociais e históricas que propiciam o desenvolvimento das pesquisas. Estas são o resultado de tais condições; são, portanto, um produto social histórico.

As contribuições teóricas aqui apresentadas não são as únicas; há outros modelos adotados e que o leitor precisa conhecer. Dependendo das necessidades enfrentadas pela sociedade, do devir histórico, outras perspectivas surgirão na medida em que se acumulam as críticas geradas no decorrer dos trabalhos. Como podemos perceber, existem maneiras de compreender a realidade e garantir explicações de cunho científico de forma que possamos defender aquilo que consideramos verdades num determinado momento histórico.

ABSTRACT

This paper presents theoretical constructs of explanation of social reality. Aims to discuss, in light of reflection within the Sociology, the contributions of some thinkers to explain social reality in different historical contexts. The idea came from our experiences as teachers in undergraduate courses. Often we find students who insist on the best theory to explain the social issues that are put in question the subjects taken. Trying to show that there is no single answer to their questions we conducted a literature search on the subject. With the material, discuss with them about the knowledge of common sense, metaphysical thinking and overcoming it by science, and theoretical contributions of classical sociology. The study allows us to prove that every theory has its own logic that differentiates it from other, often in opposition and that each one is identified with a particular world view and are often determined by the game's various interests of the hegemonic classes. The interests and theoretical options lead the researcher's work to different conclusions. Therefore, it needs to be aware of the limitations and implications of their choice. The choice of a paradigm marks a route chosen, among others. However, no theory holds, finally, the explanations of a scientific as theories are constantly re-visiting, moving, giving further explanation of world

and life, whose scientific and technical development door to the possibility of overcoming old and outdated paradigms.

Keywords: Social phenomena. Research. Thinkers.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando**: introdução à filosofia. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1998.
- BURLATSKY, F. **Fundamentos da filosofia marxista-leninista**. Tradução K. Asryants. Moscovo: Progresso, 1987.
- DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. Tradução J. R. Meréje. São Paulo: Companhia, 1937.
- KONDER, L. **O que é dialética**. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MARTINS, C. B. **O que é sociologia**. 38. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- MORIN, E. **Sociologia**. Madri: Tecnos, 1995.
- SEVERINO, A. J. **A filosofia contemporânea no Brasil**: conhecimento, política e educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1985.
- _____. **Metodologia das ciências sociais**. Tradução A. Wernet. Campinas: Cortez, 1992.